

# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Sessão temática 1 - Questão social e questão étnico-racial

## O 'ÓCIO SENHORIAL' E O MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

Aline Cristina Pelozo Rabaglio, (UNIFESP, Baixada Santista)<sup>1</sup>,  
*aline.rabaglio@unifesp.br*  
Dra. Edvânia Ângela de Souza, (UNESP, Franca-SP)<sup>2</sup>  
*edvania.angela@unesp.br*

**RESUMO:** O artigo analisa a obra de Moura (1988), em 'A Sociologia do Negro Brasileiro', demonstrando como a exploração da mão de obra negra sustentou elites brancas e mantém desigualdades raciais no mercado de trabalho. Utiliza metodologia qualitativa, com análise documental e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023).

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo estrutural; desigualdade racial; mercado de trabalho; população negra.

### INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

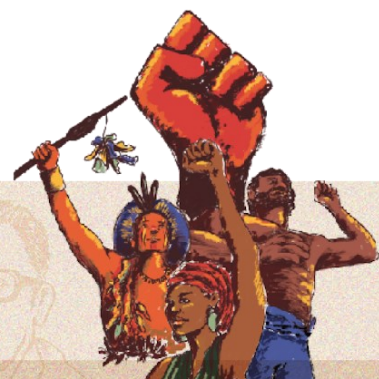
A questão racial no Brasil está intrinsecamente ligada à questão social, permeando as desigualdades históricas e estruturais do país. Moura (1988), em “A Sociologia do Negro Brasileiro”, destaca como a marginalização da população negra não foi um desdobramento do acaso, mas um projeto deliberado que atendeu aos interesses das elites econômicas e políticas. Segundo Moura (1988):

Tanto na época colonial como na última fase da escravidão, o escravo negro se articulava em diversos níveis da estrutura ocupacional, desempenhando satisfatoriamente os mais diferenciados misteres. Na agroindústria do açúcar o mesmo fato se verifica (Moura, 1988, p. 68)

Moura (1988) em sua análise, rompe com a visão simplista e redutora do escravizado como apenas um trabalhador braçal ou força bruta. O grande intelectual evidencia que os negros escravizados ocupavam múltiplas funções dentro da estrutura produtiva, o que contribui para

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais – PPGSSPS pela Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, Santos, SP.

<sup>2</sup> Professora pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Campus de Franca, SP. Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais – PPGSSPS pela Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, Santos, SP.



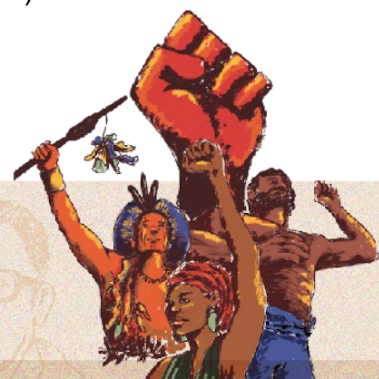
# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

uma reinterpretação do papel do escravizado como agente ativo na economia colonial. No entanto, ao afirmar que o escravo negro desempenhava satisfatoriamente os mais diferenciados misteres, Moura (1988) confronta a lógica colonial que desumanizava o negro, negando-lhe intelecto ou habilidade. Essa afirmação revaloriza a contribuição técnica, produtiva e organizacional dos africanos e afrodescendentes na economia brasileira, principalmente na agroindústria açucareira, setor de grande impacto na formação econômica do país.

Moura (1988) desafia a ideia de que os escravizados eram sujeitos passivos, reafirmando sua capacidade de adaptação, articulação e competência profissional mesmo dentro de um sistema opressivo. Ao usar o termo "se articulava", ele sugere que o negro escravizado buscava estratégias de inserção, ainda que sob coação, em diferentes níveis produtivos, que pode ser interpretado como uma forma de resistência cotidiana. Assim, é preciso ter cautela para não romantizar a situação, ao dizer que os escravizados desempenhavam satisfatoriamente seus ofícios, podendo correr o risco de ser interpretado fora de contexto como uma normalização da escravidão. O sociólogo, busca revelar a força e a inteligência dos escravizados, sem apagar a violência estrutural da escravidão, um sistema baseado na desumanização e na exploração.

Durante todo o tempo em que a escravidão existiu, o sociólogo descreve que o escravo negro foi aquele trabalhador que estava presente em todos os ofícios. E a força de trabalho estava distribuída em vários setores. Propriamente no Rio de Janeiro, Moura (1988), descreve que escravo urbano desempenhava as mais variadas profissões a fim de proporcionar o "ócio" a classe senhorial. Moura (1988) destaca que o escravizado cumpria múltiplas funções, dizendo que este trabalhador era responsável por sustentar o "estilo de vida da elite branca", permitindo à classe senhorial viver no ócio, ou seja, sem necessidade de trabalhar. Ao mostrar que o trabalho negro sustentava o "ócio da classe senhorial", Moura (1988) denuncia uma estrutura social desigual, em que o conforto e o privilégio de uma minoria branca dependiam da exploração extrema da maioria negra escravizada.

A dinâmica da sociedade escravista para Moura (1988), atuou, durante toda a sua existência, como uma espécie de mecanismo impulsionador. Assim, para o Moura (1988):





# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Esse mecanismo de equilíbrio e dinamismo, já que as classes senhoriais fugiam a qualquer tipo de trabalho, será atingido quando se desarticula o sistema escravista e a sociedade brasileira. É reestruturada tendo o trabalho manipulado pelo dominador (Moura, 1988, p. 69-70).

Moura (1988) contesta a ideia de que os negros escravizados e seus descendentes resistiram de forma plena e contínua aos valores impostos pela sociedade escravocrata. Ele identifica um processo de acomodação ou assimilação forçada a valores dominantes brancos, eurocêntricos e coloniais como estratégia de sobrevivência ou como resultado da opressão prolongada. Em um trecho de Moura (1988), o autor descreve:

A herança da escravidão que muitos sociólogos dizem estar no negro, ao contrário, está nas classes dominantes que criam valores discriminatórios através das quais conseguem barrar, nos níveis econômico, social, cultural e existencial a emergência de uma consciência crítica negra capaz de elaborar uma proposta de nova ordenação social e de estabelecer uma verdadeira democracia racial no Brasil (Moura, 1988, p. 70)

Assim, Moura (1988), em sua obra, se debruçou nos estudos sobre o negro como reflexo da estrutura da sociedade brasileira, trazendo para a discussão o pensamento social subordinado, o racismo e a ideologia do autoritarismo, discussões em torno do neocolonialismo, a assimilação para acabar com a cultura colonizadora, a luta de classes, da rebeldia do negro “bárbaro” à democracia racial, além de fazer uma discussão em torno da negação da identidade étnica entre outros.

Em sua obra, uma pesquisa realizada e concluída em 1979, portanto apenas um ano antes da divulgação do censo de 1989, pelo Departamento de Estudos e indicadores Sociais (Deiso). Moura (1988, p. 76), chega à conclusão de que “não há dúvidas quanto a este mecanismo selecionador negativo contra o negro no mercado de trabalho”.

A distribuição das famílias por grupos de rendimentos de até três salários-mínimos, sendo que a presença das famílias pretas e pardas neste grupo é de 80,5% e 74,2%, respectivamente, e a das brancas de 50,4%. O rendimento médio familiar *per capita*, em 1976, das famílias brancas era de Cr\$ 1.087,40 e das famílias negras (pretas e pardas) respectivamente Cr\$ 383,10 e Cr\$ 548,90, correspondendo o rendimento das famílias pretas e pardas a 35% e 50%, respectivamente, do rendimento familiar *per capita* das famílias brancas (Moura, 1988, p. 76).



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Assim, ao traçar um paralelo com a realidade atual, exige converter os percentuais relativos de renda entre grupos raciais para a moeda vigente (real) e refletir sobre sua persistência histórica. Os dados de 1976 (valores em cruzeiros), demonstram que a renda familiar per capita era de: Brancos: Cr\$ 1.087,40 (um mil e oitenta e sete cruzeiros e quarenta centavos); Pardos: Cr\$ 548,90 (quinhentos e quarenta e oito cruzeiros e noventa centavos), o que corresponde a 50% (cinquenta por cento) da renda dos brancos e Pretos: Cr\$ 383,10 (trezentos e oitenta e três cruzeiros e dez centavos), o que corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) da renda dos brancos. Ou seja, em média, negros (pretos e pardos) recebiam bem menos da metade da renda per capita dos brancos, o que revela desigualdade racial estrutural.

Na contemporaneidade, vamos usar como referência, uma hipótese de uma renda familiar per capita de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para famílias brancas, apenas para fins de proporção (o foco é a comparação percentual, não o valor exato). Assim, poderíamos dizer que: Pardos ganham 50% (cinquenta por cento) de R\$ 2.000 (dois mil reais): o que corresponderia a R\$ 1.000,00 (mil reais). Pretos ganham 35% (trinta e cinco por cento) de R\$ 2.000 (dois mil reais), o que corresponde a R\$ 700,00 (setecentos reais). Ou seja, se a desigualdade percentual de 1976 se mantivesse hoje, às famílias negras teriam, em média: Pretos: uma renda per capita de 65% (sessenta e cinco por cento) menor que a de brancos e Pardos teria uma renda per capita 50% (cinquenta por cento) menor que a de brancos.

Para este estudo, adotamos uma abordagem qualitativa, com base em análise documental de conteúdo crítico da obra “A Sociologia do Negro Brasileiro” (1988), de Clóvis Moura. As categorias analíticas centrais, como trabalho escravo e contribuição produtiva, “ócio senhorial”, “racismo estrutural” e “desigualdade racial” orientam a interpretação do papel da população negra na formação socioeconômica brasileira. Em paralelo, são utilizados dados secundários da PNAD Contínua (IBGE) e do (DIEESE) para estabelecer correlações entre a realidade histórica e as desigualdades raciais contemporâneas, fazendo um paralelo com o mercado de trabalho.





# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

## RESULTADOS

Em síntese, Moura (1988) concebe o racismo como um instrumento funcional à lógica do capital, historicamente instituído para viabilizar a exploração da população negra. A marginalização racial, iniciada no período colonial, persiste sob novas formas no mercado de trabalho e nas estruturas políticas contemporâneas, restringindo o acesso pleno à cidadania e à inserção econômica.

Uma pesquisa realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua (2023) e publicada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2024), ao Dia da Consciência Negra, um Boletim Especial apontou que apesar dos avanços, a desigualdade racial de rendimentos persiste e que há dificuldades na inserção no mercado de trabalho, por cor/raça e gênero.

A DIEESE seguiu a nomenclatura adotada pelo IBGE, que classifica como negras as pessoas que se autodeclararam pretas e pardas. Entre os não negros, estão os autodeclarados brancos, amarelos e indígenas. Assim, descreve em seu boletim (2024):

É verdade que há diferenças nas condições de inserção no mercado de trabalho [...] porém, as estatísticas básicas sobre condições de trabalho e renda de pretos, pardos e indígenas não apresentam diferenças significativas [...] A taxa de desocupação dos pretos é 0,6 ponto percentual maior que a dos pardos. Ainda assim, as taxas de desocupação dos negros e indígenas estão relativamente mais próximas entre si do que em comparação com brancos e amarelos (DIEESE, 2024, p. 15)

À luz do exposto, no segundo trimestre de 2024, o rendimento médio dos trabalhadores autodeclarados pardos foi de R\$ 2.402 (dois mil, quatrocentos e dois reais), valor de forma sutil superior ao dos pretos, com diferença de R\$ 52 (cinquenta e dois reais). No entanto, esse montante ainda se manteve R\$ 1.607 (um mil seiscentos e sete reais) abaixo da média observada entre os brancos. As informações são provenientes de dados elaborados pelo DIEESE (2024), com base na (PNAD Contínua), do IBGE (2023).



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência das desigualdades raciais no mercado de trabalho, como mostram dados recentes da PNAD Contínua (2023) e do DIEESE (2024), confirma a atualidade das reflexões de Moura desde 1988. A persistente diferença de rendimentos entre trabalhadores negros e brancos, mesmo com avanços legais e institucionais, revela a profundidade da estrutura discriminatória que condiciona o acesso a direitos sociais e econômicos. As relações raciais no Brasil seguem atravessadas por um projeto histórico de marginalização da população negra, conduzido pelas elites, que instrumentalizam o racismo como tecnologia de poder e dominação. Modificar esse quadro exige a desnaturalização das desigualdades e o enfrentamento das bases materiais e ideológicas que sustentam o racismo estrutural.

## REFERÊNCIAS

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim Especial – *Consciência Negra 2024*. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.pdf>  
Acesso em: 30 abr. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Rendimento de todas as fontes 2023*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/32c7fd77cb1b91b74c2b2a9171febd8b.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/32c7fd77cb1b91b74c2b2a9171febd8b.pdf) Acesso em: 30 abr. 2025.

MOURA, Clóvis. *A sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

